

PS sinister: Peccata Politica Capitalia

«A diferença entre o remédio e o veneno está na dose». (Paracelso, médico e físico suíço-alemão, século XVI)

De facto, esta frase atribuída a Paracelso, considerado o pai da toxicologia, de que «a dose faz o veneno», aplica-se a muitas e variadas situações nas nossas vidas, e concretamente na vida político-partidária e da governação.

Este é um texto denso e de crítica política ao abastardamento da governança.

A palavra «*capitalia*» deriva do termo latino «*caput*» que significa «a cabeça», indicando que estes e quais (infra) são os pecados que servem de origem, vício e *peccatum politicus capitalis* (singular) – *peccata politica capitalia factionis socialisticae* – literalmente, pecados políticos principais, capitais, na forma plural da esquerda doutrinal-partidária socialista.

O histórico do Partido Socialista (com muitos mais anos crónicos de governação-decisão), das esquerdas-satélite e no passado recente do costismo-geringonça, nos 51 anos após Abril de 1974 não é nada abonatório para as políticas, (des)governança e ideologia-patologia-erro esquerdizantes; com o PS em estado comatoso, governos-falhanço e lideranças falhadas: Mário Soares e o ultrajante-desastroso-humilhante-desumano processo de descolonização imatura-apressada-covarde e sem a autoridade negocial do Estado Português enquanto potência colonial, com Portugal em fuga-abandono dos territórios ultramarinos e dos portugueses das colónias, negros e brancos unidos pela Pátria, pelo Hino Nacional e pela Bandeira Nacional, irmanados no sentimento de pertença lusitano e da Portugalidade; descolonização e independência seguida de violentas guerras civis em Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e invasão de Timor-Leste pela Indonésia, num virar de página de fim do hexa Império Português que nos envergonha, responsabiliza e acusa-condena historicamente – com acrescidas culpas soaristas-socialistas-comunistas-esquerda-MFA –

António Guterres em fuga-abandono do país do «pântano político», expressão guterrista, e *terminus* do XIV Governo Constitucional, na sequência-desculpa do desastre-hecatombe dos resultados obtidos pelos socialistas nas eleições autárquicas de 2001, ao perder Lisboa, Porto, Coimbra, Faro, Sintra, Cascais, Portalegre, Famalicão, Setúbal, etc., com o Partido Socialista grande perdedor destas eleições, perdendo catorze (14) câmaras em relação a 1997 e caindo 4% nos votos; com o Partido Social Democrata sózinho ou coligado a ser o grande vencedor, arrecadando 159 municípios, um resultado histórico para o PPD/PSD. Avizinham-se eleições autárquicas, 12 de Outubro de 2025 – alea jacta est – os dados estão lançados; a sorte está lançada.

José Sócrates, a pré-bancarrota, o pedido de ajuda financeira internacional do governo minoritário socialista do «animal feroz» e do Ministro das Finanças Teixeira dos Santos ao BCE/FMI no valor de 78 mil milhões de euros, a troika, as amarras e condicionalismos do governo e programa de governo seguintes da coligação PSD/PP de Pedro Passos Coelho e Paulo Portas a partir de 2011, e pela primeira e única vez um ex-Primeiro-Ministro, o socialista Sócrates no banco dos réus a braços com a justiça, acusado de corrupção. Não esquecendo os danos irreparáveis causados ao ecossistema de educação e ensino perpetrados por José Sócrates e a sua Ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues – a configurar assédio moral aos educadores e professores portugueses no local de trabalho, num inferno vivido nas escolas portuguesas, continuado por António Costa no congelamento do tempo de serviço docente e na burocracia que ainda hoje assombra a escola portuguesa e que urge extirpar, devolvendo a liberdade-verdade do processo cognitivo de ensino-aprendizagem, das avaliações, da intelectualidade professoral, da real inclusão discente e da deontologia profissional docente respeitada – para alcançarmos o desiderato de uma escola de qualidade e excelência.

António Costa e a geringonça – engenharia eleitoral inédita das esquerdas, perdida a maioria de centro-direita passista – Costa que sacrificou o próprio partido socialista e o país (a prazo, vigente na actualidade), sobrepondo os interesses estritamente pessoais de sobrevivência política e partidários ao interesse nacional e que abriu uma prática constitucional/institucional legal mas não consensualizada, ao arrepio da ética e tradição democrática de formar governo e governar o partido mais votado, no caso a coligação PSD/PP; consumação de perigosidade e miscelânea ideológico-partidária ultra radical de esquerda – com a salsada de socialistas, comunistas e bloquistas, tudo e todos à molhada – de vertigem reversiva de privatizações feitas no tempo-governo do passismo e ímpeto reformista de Passos Coelho, em «retrocesso geringonço» e dossier reivindicativo de nacionalizações; do mega-hiper problema resolvido da famigerada e falida TAP pelo governo de Passos, «ressuscitado» com o descalabro-reversão-renacionalização da companhia aérea nacional a custar mais de 3.2 mil milhões de prejuízo ao erário público, apenas por viés-capricho-birra ideológica esquerdófila e pulsar esquerdopata, sendo Costa & PS, Primeiro-Ministro & Partido Socialista e seus acólitos da geringonça poder e governo a partir de 2015, mesmo não tendo ganho as eleições, não tendo sido o PS o partido político mais votado nas urnas, aliando-se à esquerda radical de PCP-comunistas e BE-bloquistas e radicalizando-se na imaturidade decisional que não pode acontecer num partido com vocação de poder – agora com o gesticular nervoso do «estrebuchar do moribundo» – em parêntesis resultante das últimas eleições legislativas, passando a terceira força política no parlamento, atrás dos partidos de direita da Aliança Democrática (AD – Coligação PSD/CDS-PP) e de direita dos deputados «cheganos» do Partido Chega de André Ventura, o novo líder da oposição, com quase um milhão e meio de votos (1.437.881), 22,76% e

60 deputados. Como nota, deixar aqui que o PS apesar de ter tido ligeira vantagem na votação (1.442.194), 22,83%, ficou-se pelos 58 deputados devido ao método de Hondt que converte votos em mandatos-número de deputados em Portugal. Com o PS a parecer não ter ainda assimilado a nova realidade parlamentar e a falar com altivez-exigência-ruído que alegadamente parece não querer respeitar a vontade popular e um novo protagonismo de novos protagonistas e geometria parlamentar variável de multi-negociação partidária e acordos de incidência.

Com candidatos a líder(es) sem fleuma e carisma, na errática vacuidade (do vazio-inânia e futilidade-inutilidade) e altissonância (do latim, *altisonantia*, que significa som alto, forte e elevado, intenso na coreografia política teatralizada e na teatralidade dos «sound bytes») e ziguezaguear a prazo e com prazo de validade de Pedro Nuno Santos e José Luís Carneiro, com o partido destituído de tribunos oratórios credíveis e convincentes – PS *labores morientes* – do socialismo-implosão que foi e deixou de ser; *socialismus qui erat et desiit esse*. Erros crassos, pecados políticos sem perdão – *peccata politica imperdonabilia* – imperdoável – *ignoscibilis* – a toxicidade que vai do(s) aparelho(s) partidário(s) ao «underground» clientelar e do alegado tráfico de influências – subliminar, recorrente e transversal à esquerda, à direita, ao centro-esquerda e centro-direita moderados, e aos extremos mais ou menos radicais e radicalizados – no fundamentalismo ideológico-partidário de esquerda e direita que vai matando a democracia, extremando-radicalizando e minando a credibilidade dos políticos e da nobre política, elucidativa e de pedagogia das massas populares – teorizemos sublimando – acerca da importância da divisão entre esquerda e direita na política de massas:

– «Desde a revolução francesa que a divisão entre esquerda e direita tem uma importância fundamental na política de massas, sobretudo na Europa continental (La-Ponce, 1981). Tal clivagem política tem desde então servido como forma de categorizar as ideologias; enquanto instrumento de classificação das posições políticas dos diferentes partidos (e/ ou candidatos/ eleitos); como código de comunicação entre forças políticas e *mass media* e eleitores; e, finalmente, enquanto instrumento de orientação dos eleitores na interpretação dos fenómenos políticos e na tomada de decisões. A divisão entre esquerda e direita funciona, ao nível individual, como um instrumento para reduzir a complexidade do universo político e, ao nível sistémico, como um código de comunicação (Fuchs e Klingemann, 1990:205; Luhmann, 1982)». (<https://sociologiapp.iscte-iul.pt>, Sociologia, Problemas e Práticas, IDENTIDADES IDEOLÓGICAS E PARTIDÁRIAS NA EUROPA, Portugal, Espanha e Grécia em perspectiva comparativa, A importância da divisão entre esquerda e direita na política de massas, André Freire, 2005)

Mais, a bolha ideológica esquerdizante – em concepção crítica, que alteia-guia como instrumento de dominação que age por meio do convencimento e da

persuasão, isto é, «da ideologia que age mascarando e fantasiando a realidade», Karl Marx – alienando a consciência humana por contaminação doutrinária (no sentido que enfatiza a ideia de um conjunto de regras, combinado integrado de princípios e sistema de crenças derivadas), teórica (no que concerne à teorização-contágio e abstracção conceptual, dos conceitos), filosófica (que ressalta-ressalva todo um sistema de ideias de índole filosófica, explorando questões existenciais, de conhecimento e vivência axiológica), política ou de governação, de governo ou oposição, dependendo dos contextos, enferma de ideias, princípios e paradigmas sociais de orientação do pensamento e da acção do(s) indivíduo(s), do(s) grupo(s) e de socialização na sociedade portuguesa, com situações-desiderato – por força do chamamento-vocação ideológico-doutrinária partidária – limite de lesa Pátria que enunciamos sumariamente, supra e infra texto em dialéctica intelectual.

O PS é viciado em poder de Estado e tem uma dificuldade de grau acrescido em saber ser oposição. Mais, tem tiques de postura arrogante e de autoritarismo de poder, entretanto perdido, e mesmo tendo deixado de ser o partido liderante da oposição; perda dolorosa para o ego do partido da mão do punho fechado e da rosa espinhosa, por culpa e desfaçatez do Partido Chega de André Ventura e seus «compagnons de route» – sendo que o PS ainda não percebeu o que aconteceu nem mudou a agulha – continuando o desnorte histriónico, com excesso de artificialismo e dramatismo, correndo atrás da espuma dos dias, quando precisa de parar, organizar-se internamente, reflectir das causas e dos erros, arrumar a casa, fazer o jejum do poder e, feita a catarse, pensar em voltar.

O Partido Socialista está a pagar a factura-corolário de desmandos e não assertividade política e governativa de décadas, em que por diversas vezes conduziu Portugal para o precipício-abismo que a História julga agora, correndo o risco existencial de menoridade crescente, à semelhança do histórico PASOK na Grécia (Movimento Socialista Pan-Helénico, vulgo partido socialista grego), que quase desapareceu – pasokização – na sequência da crise financeira e bancarrota gregas e acção de partidos-terramoto político de direita anti-sistema, e de nada valendo o carisma do carismático (redundância propositada; pleonismo com efeito de eco semântico) Andreas Papandreou (pai fundador do PASOK e Primeiro-Ministro, e do filho George Papandreou, Primeiro-Ministro, com um problema «troikiano» resultante de uma crise financeira a partir de 2010, ambos líderes do socialismo grego, não resistindo o partido a um pacote de austeridade que castigou-castiga o povo grego por incompetência política e partidária, e que continua em condicionalidade-contingência – tornando-se num partido de representatividade limitada, não mais de poder de Estado – continuando castigado e ostracizado pelos gregos, com apenas 11,6% dos votos, nas eleições legislativas de 2023, quando em 2009 tinha a maioria absoluta, com 43,2% dos votos – elucidativo – passados 14 anos.

O poder político de Estado e governo desgasta com o tempo, cria clientelas, corrompe, trás tentações e tráfico de influências, promiscuidades proibidas pela nobreza ética e moral, e associa «partidarite» e desfasamento da realidade social, com fraudes e escândalos, e até «clubite jornalística» e informação dos *mass media* (do latim, *medium*, que significa meio de comunicação de massas) e sondagens inquinadas; é o velhinho problema das cadeiras sentadas por muito tempo pelos mesmos «rabos», dos vícios, mordomias, proximidades, laxismo, corrupção e má fé, sendo necessário e imperativo a catarsia e arejar com alternativa-alternância político-partidária democrática em eleições em que a nação colectivamente é tribunal e juiz – o Povo manda-fala – não esquecer e respeitar em absoluto.

O PS tem governado muitos anos, no poder central e no poder local, com gritantes erros de palmatória, com demasiados excessos e desmandos durante a cinquentena da abrilada; de uma penada, laconicamente, para não alongar o texto, elencando, temos:

- Três momentos de pré-bancarrota e intervenção do Fundo Monetário Internacional (FMI) desde o 25 de Abril de 1974: em 1977, 1983 e 2011; com governos liderados por Primeiro-Ministro socialistas – Mário Soares em 1977, num contexto de instabilidade política, alta inflacção (20%), desvalorização do escudo e racionamento de bens; Mário Soares em 1983, durante o governo do bloco central, PS/PSD, liderado por Soares, com Portugal a passar por uma grave crise económica; José Sócrates em 2011, com Portugal a enfrentar uma grave crise financeira e dívida pública elevada, com pedidos de ajuda à Comissão Europeia, FMI e BCE. Tendo estado Portugal por três momentos à beira do colapso financeiro, da falência, bancarrota, com a necessidade de pedir ajuda financeira internacional, com a condicionante de implementação de fortes medidas de austeridade-severidade e imposição de reformas estruturais.

- Os serviços públicos num caos: a situação caótica em que deixou a educação, com «bulliying» institucional, assédio moral, burocracia insana, professorado desmotivado e falta gritante de docentes, com a escola pública portuguesa à beira do colapso. Ainda no campo da educação, foi de lavra socialista a polémica temática da orientação sexual e de identidade de género, com as crianças a poder ser tratadas nas escolas pelo nome de escolha, em processo de transição social de identidade e expressão de género, com nome auto-atribuído e escolha de casa de banho (wc) feminino ou masculino nas escolas, Lei n.º 38/2018, de 7 de Agosto, que estabelece o direito à auto-determinação de identidade de género e expressão de género e à protecção das características sexuais de cada pessoa (wokismo). A saúde em estado comatoso, com o paulatino desmantelamento do SNS; a justiça, desacreditada e com eternal morosidade; a segurança e a defesa depauperadas; a dívida pública exponencial e a carga fiscal exorbitante e sem precedentes – António Costa demitiu-se ao fim de oito anos (mais um abandono de um sectário do Rato), deixando alegadamente a maior dívida pública de

sempre e a maior carga fiscal da História – em números e percentagens, cruzando dados e indicadores, o legado do socialismo-costismo, alegadamente: a maior dívida pública de sempre, na ordem dos 280 mil milhões de euros; a maior carga fiscal de sempre, 36,4% do PIB; o recorde absoluto de portugueses sem médico de família, 1,7 milhões; o Serviço Nacional de Saúde moribundo, com 583 mil utentes em lista de espera para consultas, 235 mil inscritos em lista de espera para cirurgias, com 32% dos utentes a serem atendidos para lá do tempo recomendável-aceitável, o caos hospitalar e urgências fechadas, INEM ausente com falhas mortais, profissionais de saúde, médicos e enfermagem desmotivados, os escândalos, etc.; o descalabro na justiça, com os processos a acumularem-se às centenas de milhares; as Forças Armadas em processo de falência, com a operacionalidade em risco; a crise na habitação; a subsídio-dependência gritante; o funcionalismo público a disparar; as autarquias a precisarem de rédeas; o desinvestimento na ASAE; o encerramento do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) em Abril de 2022, e com as competências-regras a serem atribuídas à nova criação socialista, a AIMA e ao Instituto de Registos e do Notariado (IRN), sendo a componente policial, de segurança e ordem pública e de cumprimento da lei distribuída pela PSP, GNR e PJ – com o fim do SEF – a revelar-se um erro político colossal.

– A política de imigração de portas escancaradas – mais de 1,6 milhões de imigrantes com processos de regularização em dia, segundo a Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA), a que somando o «underground» remanescente, mais as vagas-chegadas sucessivas, atira os números bem mais para cima – na ordem de alegados dois (2) milhões, realidade factual escandalosa, de irresponsabilidade máxima, «criminosa» e de lesa Pátria para Portugal, nefasta para os próprios imigrantes, a viver aos magotes, em condições infra-humanas, com disputas e violência entre eles, com alegado crime organizado, tráfico de pessoas e branqueamento de capitais, numa cultura de bandalheira e passividade estatal promovida e consentida durante o consulado socialista de António Costa, de danosidade, irreversibilidade e leviana saturação-pressão dos serviços públicos portugueses – particularmente na saúde e na educação – não dimensionados à escala para tamanha avalanche demográfica-humana, com a esquerda a cometer um erro político-ideológico pseudo humanista de palmatória – *errare humanum est, perseverare diabolicum* – o erro é humano, persistir no erro é diabólico.

E mais, António Costa e Constança Urbano de Sousa obrigaram à demissão-exoneração de Luísa Maia Gonçalves, directora do SEF desde 2016, pela crítica (sabia o que vinha a caminho) e porque queriam que aceitasse-mentisse sobre a desastrosa nova lei de imigração de 2017, disparando os pedidos no SEF. Falamos da «manifestação de interesse», introduzida pela Lei de Estrangeiros de 2017, um novo procedimento que permitia a estrangeiros que já estavam em Portugal, geralmente na condição de turistas, poderem regularizar a sua situação

para obterem uma autorização de residência, com contrato de trabalho – em multiplicação fictícia de contratos-promessa de trabalho, no contexto de regularização de imigrantes – tornando Portugal no «El Dorado» migratório da Europa, com uso e abuso de esquemas fraudulentos com base na «manifestação de interesse», de lavra política da geringonça de António Costa & seus pares canhotos, e com Portugal a tornar-se um ponto de passagem nevrálgico para a imigração na Europa, tanto para a entrada como para a saída – Portugal transformado em plataforma giratória da imigração europeia – em Junho de 2024, o governo da AD liderado por Luís Montenegro, para controlar o fluxo migratório descontrolado e a demasia de imigrantes, revogou a «manifestação de interesse» como mecanismo de regularização-contenção.

A talhe de foice, «en passant» lamentar o acórdão do TC que chumbou recentemente alterações à «Lei da Imigração» com argumentário prolixo e o argumento do «reagrupamento familiar» ficcional, *inopinatum*, e à concessão de autorizações de residência para cidadãos da CPLP, propostas pelo governo montenegrino e aprovadas pelo parlamento, visando tornar mais rigorosas as condições para a obtenção da nacionalidade portuguesa por imigrantes, com o Tribunal Constitucional, «qual força de bloqueio-reduto», acometido de «esquizofrenia de esquerda» desconectada da realidade, a suspender algumas dessas alterações – jurisprudência-flagício – ferida de *stultitia*, *imprudencia*, *insensibilitas* e *absentia sensus*.

Vamos usando o latim, língua-linguagem e expressões conhecidas e utilizadas, impactantes para os senhores doutos juízes desembargadores do TC, divididos na decisão colegiada final do acórdão.

Sendo que o facto político produzido pelo juízes-TC trás de imediato a insolubilidade do problema da imigração descontrolada-exponencial que urge travar, cria incerteza e distopia futura negativa, de legalidade contrária à vontade popular esmagadoramente maioritária, e obriga com urgência democrática a um debate sério e responsável da/na sociedade portuguesa sobre a legislação legal legitimada de imigração em Portugal, com enquadramento sociológico identitário nacional, e sem repulsa ético-moral e disrupção legislativa, com quebra de padrões culturais-civilizacionais estabelecidos, com a crítica-pulsar social a apontar os perigos, tendências, ideologias e ausência de empatia social.

Lex est quod populus iubet atque constituit – a lei é o que o Povo manda e constitui; a lei emana do Povo –

Relembrando a História, falando do direito a ter a nacionalidade portuguesa, deixamos aqui o pensamento de um destacado dirigente socialista, jurista proeminente, ex-governante e um dos grandes legisladores dos primeiros governos pós-25 de Abril em Portugal, citado pelo jornal «Público» num artigo de 20 de Abril de 2014, «Os últimos filhos do império», que impôs várias restrições à «Lei da Nacionalidade», citando: «Era tudo português. Mário Soares e Vasco

Gonçalves pediram-me uma lei generosa, respondi: Não faço. Só tem nacionalidade [portuguesa] quem pelo menos é bisneto de português pelo nascimento. Senão o país ia [vai] ao fundo». (António de Almeida Santos, 1975)

Facto confirmado pelo Polígrafo como «Verdadeiro», 18 de Agosto de 2025, <https://poligrafo.sapo.pt>, fact-checking.

«Em 2017, Portugal contava com 3,6% de cidadãos estrangeiros. Em 2024 chegámos aos 15%. Se isto não é uma reforma estrutural o que será então uma reforma estrutural?». (<https://observador.pt>, Observador, A reforma estrutural com que o PS mudou Portugal: a imigração, Helena Matos, 08 Junho de 2025)

Mais ainda, também foi no período de (des)governança da geringonça, de liderança socialista-costista, entre 2015 e 2019, período político marcado por um governo minoritário do PS, com acordos de incidência parlamentar com o Partido Comunista Português e o Bloco de Esquerda, marcado politicamente por um pulsar de um esquerdismo mais radical e danífico, apadrinhado pelo PS, que houve alterações significativas, de grande relevância, explicativas da conjuntura vivida actualmente em Portugal: a Lei de Estrangeiros (Lei n.º 23/2007), a lei de imigração supra referida, e a Lei da Nacionalidade (Lei n.º 37/81), com modificações visando simplificar o processo de aquisição da nacionalidade portuguesa por descendência e por tempo de residência – com Pedro Passos Coelho, já em 2017, a alertar para os perigos-erro das alterações às leis da imigração e da nacionalidade – «O governo pode ser liderado pelo PS, mas o país não é do PS (...)». (Pedro Passos Coelho)

«Quem alterou o consenso que existia em Portugal com a lei da imigração foi este governo [de António Costa e da geringonça] que cedeu [o PS cedeu] ao BE e ao PCP para fazer esta alteração, acusou [Passos Coelho], para logo explicar que a lei que existia estava consensualizada no país. Disse não se lembrar de ouvir dizer, antes das alterações realizadas, que vivíamos num país [racista], xenófobo ou fechado ao exterior. Tal como salientou, Portugal é tolerante e aberto, mas importa garantir a segurança. Referindo que na Europa se tomam medidas de reforço, questionou: nós cá, porque temos na geringonça partidos radicais, devemos pôr em risco a segurança, só porque há pessoas que querem a ruptura com um consenso que sempre existiu?». (<https://www.psd.pt>, Pedro Passos Coelho: quem alterou consenso na lei da imigração foi este governo [Costa-PS-geringonça], PSD, 19 de Setembro de 2017)

Como remate final, deixar a nota de que outros ex-Ministros da Administração Interna socialistas, casos de Eduardo Cabrita (ministro do MAI durante o governo do costismo-geringonça) e José Luís Carneiro, actual secretário geral do PS e putativo candidato a Primeiro-Ministro têm participação-culpa, pelo seu apoio incondicional e participação nos executivos de António Costa, corroborando nestas políticas lesivas para o nosso país. O costismo afirmou-se em Portugal nos XXI, XXII e XXIII Governos Constitucionais, respectivamente entre 2015-

2019, 2019-2022 e 2022-2024. Seguiu-se o virar de costas de Costa, por troca com a presidência do Conselho Europeu da União Europeia (UE).

A prova-contraditório de que as palavras políticas não batem certo com a acção política nefasta: «É com muita honra, mas é sobretudo com profundo sentido de serviço ao País e à República [como disse?! (...)], que hoje assumo, diante de todos os portugueses, meus concidadãos, a exigente tarefa de liderar o Governo de Portugal. Num tempo que todos sabemos ser de muitas incertezas e enormes desafios – para o nosso País, mas também para a Europa e para o Mundo – não ignoro, e, portanto, não minimizo, as muitas dificuldades que temos pela frente, nem as restrições que limitam o nosso leque de opções e condicionarão a nossa acção». [Primeiro-Ministro António Costa, 26 de Novembro de 2015, na tomada de posse do «Governo da Geringonça»]

Fica explicado, à repleção, o facto do excesso de (des)governo PS-socialismo-esquerda não ser remédio, mas «veneno» para os superiores interesses de Portugal. O Soci-Costismo pariu a «Geringonça», politicamente tóxica, de grande toxicidade «*ad nauseam*» para Portugal.

O PS-Partido Socialista português e a esquerda, passados 50 anos – meio século é muito tempo – de dominância política largamente maioritária, com tiques de «abuso de poder» e besuntado de naftalina, tudo fez para merecer a travessia do deserto, penitência exigida pelos portugueses, em nome de Portugal – *Semper Fidelis* –

Disse.

Professor do Agrupamento de Escolas n.º 1 de Beja.

O autor escreve sem aplicação do novo Acordo Ortográfico.

Carlos Calixto